

# O impacto econômico das compras do Governo\*

FERNANDO REZENDE\*\*

*1. Introdução; 2. A estrutura dos gastos e o nível de renda; 3. A quantificação do impacto econômico das compras do Governo; 4. As compras do Governo como instrumento de política econômica; 5. Conclusões e recomendações.*

## 1. Introdução

A crescente intervenção do setor público na economia e a importância cada vez maior da atividade de planejamento requerem um constante esforço de aperfeiçoamento dos métodos de análise do impacto econômico das atividades do Governo. Não obstante, os modelos teóricos de análise macroeconômica não acompanharam o aumento da intervenção governamental e a diversificação das funções do Estado na economia, especialmente no caso de países em acelerado processo de desenvolvimento. De um modo geral, os modelos mais simples preocupavam-se apenas com o efeito estabilizador do volume global de tributos e gastos e com a repercussão de maiores níveis de investimento sobre as taxas de crescimento do produto.

A preocupação com os níveis globais de dispêndio, embora relevante do ponto de vista de objetivos nacionais de estabilização, não é suficiente para uma análise do papel do Governo em face de propósitos mais amplos de promoção do crescimento econômico e redistribuição da Renda Na-

\* Este artigo constitui uma versão condensada de um trabalho realizado com a colaboração dos economistas Paulo Borges e Paulo Márcio de Mello.

\*\* Técnico do IPEA e professor da EBAP.

cional. Neste caso, mais importante do que a análise da despesa global é a identificação da estrutura dos gastos, principalmente no que se refere à sua distribuição por programa de aplicação e por categorias de dispêndio. O conhecimento mais detalhado da estrutura dos gastos, que se tornou possível após a introdução do orçamento-programa na administração pública, permite avaliar a ação do Governo sob vários ângulos distintos, entre eles:

- a) o da contribuição do setor público para o processo de acumulação de capital na economia e as suas implicações em termos de taxa de crescimento do produto;
- b) o da importância relativa do Governo como produtor de bens e serviços nos setores prioritários do Plano Nacional de Desenvolvimento;
- c) o da magnitude das transferências e subsídios ao setor privado com finalidade de redistribuição da Renda Nacional;
- d) o de complementaridade (ou não) dos diferentes programas que compõem o conjunto de ações do Governo com vistas ao desempenho de uma determinada função.

No entanto, um outro aspecto igualmente importante, qual seja o do tizado. Os dados disponíveis nos orçamentos governamentais permitem identificar o impacto econômico das compras do Governo, também não tem sido enfatizar a estrutura do dispêndio do ponto de vista dos grandes agregados: consumo, investimento, transferências, salários, etc. No momento em que se diversifica a atividade do Governo, torna-se necessário conhecer não apenas o total dos gastos com a aquisição de bens de consumo e de capital, mas também a composição desses gastos no que se refere às diferentes espécies de mercadorias e serviços comprados pelo Governo. Isto porque uma variação na distribuição dos gastos por programa modifica a composição das compras do setor público e repercute de maneira diferente sobre toda a atividade produtiva, interferindo indiretamente sobre os níveis agregados de renda e de emprego na economia.

Assim, ao contrário do que supõem os modelos macroeconômicos mais simples, um mesmo volume global de dispêndio público pode produzir diferentes resultados em termos de renda e de emprego, dependendo da forma pela qual a despesa se distribui entre os diferentes programas governamentais. A avaliação da magnitude das diferenças depende do conhecimento da estrutura de compras de cada programa. Alguns programas se caracterizam por comprarem essencialmente serviços do trabalho (como é o caso de programas de Governo, administração e justiça, por exemplo); outros compram grandes quantidades de bens intermediários e de capital (como é o caso, provavelmente, do programa de transportes); alguns outros, finalmente, têm uma participação significativa nas compras de bens de consumo no total de despesa (saúde, por exemplo). Assim, quanto maior a importância relativa de programas que se relacionam com o setor privado, pelo lado da compra de mercadorias e serviços, maior o efeito indireto da atividade do Governo sobre a economia e maior a necessidade de um conhecimento mais específico das possibilidades de utilizar essas compras como instrumento de política econômica.

O objetivo do presente trabalho consiste, exatamente, em promover uma avaliação preliminar do impacto econômico das compras do Governo, com referência específica ao caso do Estado do Rio de Janeiro. A análise do problema a nível estadual tem especial relevância em face do reduzido grau de liberdade dos Estados no que se refere à utilização de instrumentos de finanças públicas para fins de planejamento. Como é sabido, a substituição do IVC pelo ICM praticamente anulou a possibilidade de os governos estaduais utilizarem o instrumental tributário para fins de política econômica. Ademais, as vinculações de receita e as limitações ao endividamento também implicam uma reduzida autonomia quanto ao volume global de dispêndio e a sua distribuição funcional. Nessas condições, a manipulação das compras pode ser uma alternativa interessante de política econômica e que não tem sido, até agora, convenientemente explorada. Na medida em que o Governo seja um comprador importante de produtos industriais, ele pode vir a utilizar o seu peso relativo no mercado consumidor para atrair a localização de novos estabelecimentos, numa forma mais direta — e possivelmente mais eficiente — que a concessão de vantagens fiscais. Nesse sentido, a manipulação das compras poderia também ser encarada como um instrumento importante para fins de objetivos regionais de desenvolvimento, uma vez que poderiam ser estabelecidas condições diferentes (em termos, por exemplo, de preços, prazos, cotas, etc.) para o fornecimento de mercadorias e serviços ao Governo, conforme a origem dos produtos e as prioridades regionais do planejamento.

O desenvolvimento do trabalho obedece à seguinte seqüência: na primeira parte, abordamos a distribuição dos gastos estaduais por funções e por categoria de gastos, com o propósito de fornecer uma visão agregada da estrutura do dispêndio público e de caracterizar os diferentes programas, segundo a importância relativa das principais categorias de bens e serviços comprados: bens de consumo, bens de capital e bens intermediários.

O segundo item trata da desagregação das compras pelos diferentes setores de atividade econômica que fornecem os produtos e serviços utilizados pelo Governo. Devido a limitações de tempo e à própria natureza exploratória do presente trabalho, a desagregação das compras é feita apenas para alguns dos programas mais importantes do ponto de vista da alocação de recursos no orçamento estadual e de uma maior diversificação setorial das aquisições. Os programas considerados são os de educação, saúde e segurança pública. A utilização de um modelo de insumo-produto permite, então, calcular o impacto da expansão de cada um desses programas sobre a atividade econômica da região.

A terceira parte do documento utiliza os resultados empíricos do item anterior para estabelecer algumas considerações a respeito da possibilidade efetiva de o governo estadual utilizar as respectivas compras como instrumento de política econômica, e da importância relativa desse instrumento para a implementação de objetivos regionais de crescimento.

Finalmente, algumas conclusões principais da pesquisa são reunidas no quarto item, juntamente com recomendações a respeito de possíveis mudanças na política de compras do governo estadual.

## 2. A estrutura dos gastos e o nível de renda

### 2.1 *As despesas por funções e a natureza das compras do Governo*

A tabela 1 reúne os dados a respeito da distribuição dos gastos estaduais por funções, conforme o orçamento para o exercício de 1976. Em relação ao total da despesa, destacam-se, em ordem de importância, os gastos em administração, educação e cultura, segurança pública, assistência e previdência, transportes e saúde. Esses seis itens, tomados em conjunto, respondem por mais de 80% das aplicações programadas pelo governo estadual para o ano de 1976.

Tabela 1

*Rio de Janeiro — Distribuição das despesas do governo estadual por funções — 1976*

Funções	Total de gastos (Cr\$ milhões)	%
Legislativa	248	1,8
Judiciária	456	3,4
Administração e planejamento	5.576	41,2
Agricultura	87	0,6
Defesa nacional e segurança pública	1.527	11,3
Desenvolvimento regional	61	0,5
Educação e cultura	1.850	13,7
Energia e recursos minerais	165	1,2
Habitação e urbanismo	72	0,5
Indústria, comércio e serviços	422	3,1
Saúde e saneamento	761	5,6
Assistência e previdência	1.382	10,2
Transportes	929	6,9
Total	13.536	100,0

\* Exclusive "Reserva de Contingência" de Cr\$ 1.100 milhões.

Fonte: Orçamento do Estado para 1976.

A identificação das funções mais importantes constitui o ponto de partida para a análise do impacto econômico das compras do Governo. Como é evidente, os programas que integram as diferentes funções apresentam características distintas no que se refere à composição de suas compras. Programas de saúde, por exemplo, devem realizar um volume significativo de compras de bens de consumo, principalmente no que se refere às indústrias de produtos farmacêuticos, de produtos alimentares e têxtil. Programas de transporte e energia, por seu turno, devem comprar direta ou indiretamente quantidades significativas de bens de capital, tendo em vista a importância dos investimentos na execução das obras de infra-estrutura. Outros programas podem, ainda, caracterizar-se por uma concentração das despesas na compra de serviços do trabalho, como é o caso, provavelmente, de programas de Governo e administração.

Embora imprecisa, uma classificação inicial dos programas do governo estadual, do ponto de vista das grandes categorias de bens e serviços comprados por eles, pode ser realizada com base em dados agregados de despesa por categoria econômica, disponíveis no Orçamento. Este permite discriminar as despesas em oito grandes categorias: pessoal, material de consumo, material permanente, equipamentos e instalações, obras, serviços de terceiros, encargos diversos e transferências. *Grosso modo* essas categorias de gasto podem ser associadas às espécies de bens e serviços comprados pelo Governo. Assim, o item "material de consumo" se refere a bens não-duráveis de consumo, enquanto que "material permanente" se refere, na sua maior parte, a bens de consumo duráveis (móveis e veículos, principalmente); "equipamentos e instalações" relaciona-se, principalmente, a bens de capital, e "obras" a bens intermediários. O item "pessoal" se refere à compra de serviços do trabalho, que também aparece, juntamente com a aquisição de outras espécies de serviços, nas demais categorias de despesa acima mencionadas (serviços de terceiros e encargos diversos).

Com base nos critérios mencionados e excluindo as despesas de pessoal e de transferência, uma idéia geral da distribuição, por espécie de bens, das compras do Governo, é fornecida pelos resultados apresentados na tabela 2.

Supondo que as secretarias específicas são representativas da estrutura de gastos em cada programa, esses resultados permitem classificar os diferentes programas do governo estadual em três grandes grupos, do ponto de vista da importância relativa das diferentes espécies de bens e serviços que são adquiridos para a sua execução. O primeiro grupo reúne os programas onde predominam as compras de bens de consumo e inclui os seguintes programas: saúde, segurança, justiça e administração (percentagem de gasto com a aquisição de bens de consumo superior a 50%). O segundo grupo se refere a programas para os quais as compras de bens intermediários e de capital são relativamente mais importantes e inclui os programas executados pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos. Finalmente, o terceiro grupo agrega programas onde o pagamento de serviços prestados por terceiros é o item mais significativo das compras e é representado, por exemplo, pelo programa de transportes.

Tabela 2

*Compras do Governo do Rio de Janeiro por secretarias segundo as espécies de bens*

Em percentagens\*

Programas	Administração.	Agric. e abast.	Educ. e cultura	Fazenda	Ind. com. e Turismo	Justiça	Obras e serv. públ.	Planejamento.	Saúde	Segurança	Transportes	Total
Espécie de mercadorias comp.												
Bens de consumo não duráveis	49,6	25	38	18,8	10,4	62,0	3	21	61,8	52,2	22,2	46,9
Bens duráveis de consumo	2,7	8	5	1,4	7,4	4,1	9	9	0,5	4,3	13,3	3,3
Bens de capital	12,5	15	3	2,8	7,4	3,1	27	11	9,5	5,7	3,4	6,7
Bens intermediários	0,8	10	18	0,8	3,7	14,5	22	9	9,7	10,0	—	11,5
Serviços	34,4	42	36	76,2	71,1	16,3	39	50	18,5	27,8	61,1	31,6
Total	100,0	100	100	100,0	100,0	100,0	100	100	100,0	100,0	100,0	100,0

\* As percentagens são calculadas subtraindo-se do total as despesas de transferências.

Fonte: Orçamento do Estado para 1976.

Em valores absolutos, as compras previstas para o ano de 1976 assumem os seguintes valores:

Tabela 3

*Estimativas das compras do governo estadual segundo espécie de bens — 1976\**

Espécie	Cr\$ milhões
Bens de consumo	507
Bens intermediários	117
Bens de capital	68
Serviços	320
Total	1.012

\* Dados de orçamento.

Estima-se, portanto, que, no total, a compra de produtos industriais por parte do governo estadual atinja cerca de Cr\$ 700 milhões no ano de 1976, representando cerca de 5% do total das despesas previstas no orçamento.

## *2.2 O impacto de modificações na estrutura de gastos sobre o nível de renda*

Nos modelos tradicionais de análise macroeconômica, a relação entre gastos públicos e a renda interna é examinada apenas a nível agregado. Tais modelos, que se preocupam essencialmente com o equilíbrio agregativo a curto prazo, tratam da importância das despesas públicas na demanda global e da repercussão sobre a demanda de variações nos níveis agregados de dispêndio. Nessas condições, discute-se apenas a repercussão econômica de mudanças na despesa total, não sendo levados em conta os possíveis efeitos decorrentes de alterações na natureza das funções exercidas pelo Governo.

No entanto, a não-consideração dos efeitos decorrentes de modificações na estrutura dos gastos pode provocar erros na avaliação do impacto econômico da atividade do Governo, tendo em vista a grande variação na natureza dos bens e serviços adquiridos para a execução dos diferentes programas governamentais. Se essas variações forem de fato significativas, um mesmo volume global de despesa pode gerar diferentes resultados em termos de renda (ao contrário do que sugerem os modelos tradicionais), dependendo da distribuição funcional dos gastos. A sequência do argumento é a seguinte:

a) o cálculo da repercussão da atividade governamental sobre a economia deve levar em conta dois efeitos distintos. Um, do lado da demanda, se refere ao acréscimo de renda que decorre do pagamento a fatores de pro-

dução (salários, principalmente) e da realização de transferências. Outro, do lado da oferta, se refere ao acréscimo de renda que resulta do efeito direto e indireto das compras do Governo sobre a produção de bens e serviços;

b) a magnitude de cada um desses efeitos depende da distribuição funcional dos gastos e da natureza das despesas necessárias à execução de cada programa. Assim, por exemplo, se a atividade do Governo se resume às suas funções tradicionais (produção dos chamados “bens públicos”), as despesas com pessoal devem representar o item mais significativo dos gastos e o acréscimo direto de renda é o fator mais importante. Quanto maior a intervenção do Governo em atividades sociais e no desenvolvimento da infra-estrutura econômica, maior o efeito indireto provocado pela demanda governamental de bens e serviços. Programas de saúde, por exemplo, devem comprar quantidades significativas de mercadorias produzidas pelas indústrias de produtos farmacêuticos, de produtos alimentares e têxteis. Programas de transporte, por outro lado, devem movimentar um volume considerável de recursos referentes à compra de materiais de construção;

c) assim, um mesmo volume global de despesas representa diferentes resultados no que se refere à estrutura de compras, conforme a distribuição, por programas, das atividades do Governo. Por seu turno, variações na estrutura de compras provocam efeitos distintos sobre o nível de renda, em face de diferenças intersetoriais nos requisitos diretos e indiretos de acréscimos na produção para atender aos acréscimos na demanda governamental.

A quantificação do efeito sobre a produção e a renda interna de modificações no perfil da demanda do setor público por mercadorias e serviços pode ser feita com a utilização do modelo de insumo-produto. A descrição da metodologia é apresentada no item II, que também apresenta os resultados do cálculo efetuado para alguns programas selecionados.

Independentemente dos resultados do cálculo, podem ser efetuadas algumas observações preliminares com base nos dados agregados apresentados anteriormente. De acordo com o Quadro I, a distribuição funcional das despesas do governo estadual revela uma elevada participação relativa de programas de saúde, segurança e administração, justamente aqueles programas cujas compras de bens e serviços se concentram na aquisição de bens de consumo.

Note-se que, em termos de renda, programas que comprem quantidades significativas de bens de consumo têm, provavelmente, efeito mais significativo do que aqueles que adquirem bens de capital, tendo em vista o caráter permanente daquela espécie de compras. Principalmente no que se refere a bens não-duráveis de consumo — produtos alimentares, medicinais, têxteis, gráficos etc. —, o volume de compras deve guardar alguma proporcionalidade com o total da despesa nos respectivos programas, de forma que as compras devem crescer a taxas semelhantes ao crescimento no dispêndio. O mesmo não se dá, todavia, com relação à compra de bens de capital e, em menor escala, de duráveis de consumo, onde o volume de



compras e o total da despesa anual não guardam uma relação bem definida, dependendo dos projetos de expansão em andamento e do ritmo de depreciação dos móveis, imóveis e instalações utilizados na execução dos programas considerados.

A estabilidade do volume de compras e previsões adequadas de crescimento são requisitos importantes para que a estrutura de produção reaja de modo definitivo a aumento no volume e/ou mudança na composição das compras do Governo. Essas características são satisfatoriamente preenchidas apenas no caso da aquisição de bens não-duráveis de consumo. No caso de bens intermediários, essa regularidade de compras também ocorre com as compras de insumos por parte das empresas governamentais, mas não é tão evidente para insumos utilizados na realização de obras públicas (principalmente materiais de construção), diante da grande flutuação anual nos gastos dessa natureza.

No caso de programas executados pela Administração Direta, a compra de bens de consumo está geralmente concentrada em programas de natureza social (saúde, educação, por exemplo), donde é possível concluir que a maior importância que esses programas vêm assumindo nos últimos anos justifica uma preocupação maior com a avaliação dos efeitos indiretos da expansão de programas dessa natureza sobre o nível de renda e de emprego. O item seguinte se propõe realizar uma avaliação preliminar do efeito sobre a renda com base no estudo do caso de três programas importantes no orçamento do Estado do Rio de Janeiro: educação e cultura, saúde e segurança.

### **3. A quantificação do impacto econômico das compras do Governo**

#### **3.1 Metodologia**

##### **3.1.1 Descrição do modelo**

Com o intuito de quantificar o impacto das compras do setor público do Estado do Rio de Janeiro sobre a atividade econômica do mesmo Estado, o trabalho adotará o modelo de insumo-produto, originalmente desenvolvido por Leontief e utilizado recentemente em estudo sobre o mesmo tema no Canadá.<sup>1</sup> Para tanto, a demanda final do Governo é subdividida em programas ou funções, de tal sorte que a igualdade entre oferta e demanda pode, na notação matricial, ser assim estabelecida:

$$X + m = AX + Gg + Bc$$

onde

$X$  = vetor  $n \times 1$  que representa o valor da produção total de cada setor, em cruzeiros correntes, no período considerado;

<sup>1</sup> Kubursi, A. A. & Frank, R. H. Differential impacts of provincial government expenditures: an application of input-output analysis. *Public Finance Quarterly*, v. 3 n. 2, Apr. 1975.

$m$  = vetor  $n \times 1$  do valor das importações dos setores produtivos;

$A$  = matriz quadrada  $n \times n$  de coeficientes técnicos, por unidade monetária de produção, considerados fixos por hipótese;

$G$  = matriz  $n \times p$  de coeficientes de gastos do Governo com a aquisição de bens e serviços, onde o  $(K, 1)$ -ésimo elemento indica cruzeiros de compras no  $K$ -ésimo setor por cruzeiros de gastos no 1-ésimo programa;

$g$  = vetor coluna  $p \times 1$  do valor dos gastos por programa no ano-base;

$B$  = matriz  $n \times s$  de coeficientes de outras demandas finais (investimento, consumo privado, variação de estoques e exportações);

$c$  = vetor coluna  $s \times 1$  de valores, em cruzeiros, de outras demandas finais no ano-base.

Supondo que o nível de importações de bens e serviços é função de sua oferta total, e que está, por isso, relacionado com o nível de produção nacional, pode-se chegar, explicitamente em relação a  $X$ , à seguinte expressão:

$$X = (I + M - A)^{-1} (Gg + Bc) \quad (1a)$$

onde

$I$  = matriz identidade  $n \times n$ ;

$M$  = matriz diagonal cujos elementos são requisitos de importação por unidade de produto.

Como se pode verificar, a equação anterior relaciona a produção total com a demanda final e permite verificar o efeito sobre o total de produção de bens e serviços de uma variação no volume e na composição dos gastos do Governo. Em termos de participação relativa, uma variação apenas nos gastos por tipo de programa ( $g$ ) resulta numa variação no produto no montante indicado a seguir:

$$\Delta X = (I + M - A)^{-1} \cdot G (\Delta g) \quad (1b)$$

onde

$\Delta g$  simboliza a mudança na estrutura de gastos do Governo, podendo ou não ser acompanhada de um acréscimo no total.

O efeito de cada programa isoladamente sobre a produção é obtido mediante a resolução da equação:

$$X_a = (I + M - A)^{-1} \cdot G_a (\Delta g_a) \quad (1c)$$

sendo que a letra  $a$  representa o programa escolhido; e,

$G_a$  = coluna  $n \times 1$  de coeficientes do programa escolhido da matriz  $G$ ;

$\Delta g_a$  = incremento da despesa total nesse programa;

$\Delta X_a$  = incremento do produto, devido exclusivamente à variação na despesa total do programa escolhido.

### 3.1.2 Dados utilizados

Para aplicação do modelo ao caso do Rio de Janeiro, adotou-se, à falta de uma matriz de insumo-produto regional, a matriz nacional de coeficientes de requisitos diretos e indiretos e de coeficientes técnicos de insumo por unidade monetária de produção, elaborada conjuntamente pelo Banco Central do Brasil e Conselho Interministerial de Preços.<sup>2</sup> No tocante aos dados sobre a estrutura de compras, o trabalho de coleta se restringiu a apenas três programas — saúde, segurança e educação — tendo em vista não só o grande volume de informações, como também a dificuldade de acesso. Todo o levantamento está apoiado nos valores constantes de notas fiscais emitidas pelas diversas empresas que venderam mercadorias e serviços ao Governo, no período compreendido entre 15 de março e 30 de novembro de 1975; as compras relativas ao mês de dezembro não foram apuradas, pois ainda não estavam disponíveis à época do levantamento. A classificação dos dados foi a adotada pelo IBGE.<sup>3</sup>

Dentre as despesas com aquisição de bens e serviços de cada programa, ficam excluídas aquelas que não foram efetivamente liquidadas no período considerado, permanecendo, por conseguinte, na conta “Restos a Pagar”. Por outro lado, para obtenção de resultados coerentes, os itens Serviços e Serviços Industriais de Utilidade Pública foram agregados num só setor denominado “Não-discriminados”, de conformidade com a metodologia adotada para a matriz de insumo-produto do Brasil, anteriormente citada.

Os dados sobre estrutura de compras obtidos no levantamento são apresentados na tabela 4.

Uma análise preliminar da tabela mostra que o setor que mais se destaca no programa de saúde é o de produtos alimentares, com cerca de 65% do total das compras de produtos industrializados; o gênero química é responsável por 12,3% daquele total, ao passo que material elétrico e de comunicações representa quase 6% do total de compras industriais daquele programa. A participação do setor produtos farmacêuticos e veterinários é relativamente baixa uma vez que, segundo as informações obtidas, a compra de remédios é feita pela Central de Medicamentos, não competindo portanto à Secretaria o envolvimento em gastos nesses serviços.

No programa de segurança, o gênero química lidera em termos de volume de compras, com mais de 26% do total de gastos de bens industriais, seguido de vestuário, calçados e artefatos de tecidos com pouco mais de 22% e do gênero têxtil com cerca de 13,5%. Era de se esperar essa proporção, uma vez que grande quantidade de gasolina e óleos lubrificantes é consumida pelas viaturas, e que o uso de produtos químicos no combate a incêndio por parte do Corpo de Bombeiros é bastante intenso. Da mesma forma, o uso de fardamento completo pelos seus servidores é uma constante na Secretaria. Material de transporte é bastante representativo, quase

<sup>2</sup> Leão, A. S. C., Silva, C. R. da; Giestas, Elcio & Nóbrega, José. Matriz de insumo-produto do Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, set. 1973.

<sup>3</sup> Classificação de indústrias. IBGE, 1972.

Tabela 4

Rio de Janeiro: compras realizadas pelas Secretarias de Saúde, Segurança e Educação no período de 15.3 a 30.11.75

Setores	Programas		Saúde		Segurança		Educação		Total	
	Cr\$ mil	%	Cr\$ mil	%	Cr\$ mil	%	Cr\$ mil	%	Cr\$ mil	%
Extração de minerais	—	—	11,3	0,04	—	—	11,3	0,02		
Produtos minerais não-metálicos	222,6	0,9	146,2	0,43	200,5	1,07	569,3	0,73		
Metalúrgica	36,1	0,14	922,5	2,68	287,6	1,53	1.246,2	1,59		
Mecânica	441,2	1,77	638,6	1,84	144,8	0,77	1.224,6	1,56		
Material elétrico e de comunicação	1.443,0	5,81	2.099,5	6,07	133,9	0,72	3.676,4	4,70		
Material de transporte	—	—	2.740,4	7,94	1.446,2	7,68	4.186,6	5,35		
Madeira	25,9	0,10	145,8	0,42	212,8	1,13	384,5	0,49		
Mobiliário	58,3	0,23	475,5	1,38	7.421,5	39,40	7.955,3	10,17		
Papel e papelão	291,1	1,17	1.428,0	4,13	1.254,7	6,66	2.973,8	3,80		
Borracha	—	—	655,0	1,89	7,2	0,03	662,2	0,85		
Couros, peles e produtos similares	—	—	179,4	0,52	20,9	0,12	200,3	0,26		
Química	3.073,8	12,35	9.000,0	26,05	520,9	2,76	12.594,7	16,09		
Produtos farmacêuticos e veterinários	304,6	1,22	713,4	2,06	—	—	1.018,0	1,30		
Perfumaria, sabões e velas	188,1	0,76	105,7	0,31	45,0	0,23	338,8	0,43		
Produtos de matérias plásticas	370,8	1,49	94,7	0,28	45,1	0,24	510,6	0,65		
Têxtil	352,3	1,42	4.617,9	13,37	184,8	0,98	5.155,0	6,59		
Vestuário, calçados e art. de tecidos	5,6	0,02	7.758,4	22,46	289,0	1,54	8.053,0	10,29		
Produtos alimentares	16.155,9	64,94	1.355,0	3,92	2.215,3	11,76	19.726,2	25,20		
Bebidas	1,6	0,01	—	—	1,5	0,01	3,1	0,01		
Fumo	161,9	0,65	—	—	—	—	161,9	0,21		
Editorial e gráfica	22,3	0,09	463,6	1,34	1.894,8	10,06	2.380,7	3,04		
Diversos	1.724,5	6,93	988,2	2,87	2.506,2	13,31	5.218,9	6,67		
Total	24.879,6	100,00	34.539,1	100,00	18.832,7	100,00	78.251,4	100,00		

Fonte: Levantamento realizado junto às secretarias.

8% do total das compras de produtos industriais, sendo integrado, basicamente, pela compra de viaturas e de peças e acessórios para esses veículos.

Com relação à Secretaria de Educação e Cultura, a posição destacada coube ao setor de mobiliário com pouco menos de 40% do total das compras realizadas pela Secretaria. Produtos alimentares e editorial e gráfica têm uma participação significativa em relação ao conjunto. No caso particular de mobiliário, há que se notar que o grande volume de compras, nesse ano, foi representado pela aquisição de móveis de sala de aula para várias escolas de municípios interioranos do estado, mormente Campos. Esse material, em sua quase-totalidade, foi adquirido no Paraná.

### 3.1.3 A aplicação do modelo

A estimativa do impacto sobre a produção de um aumento nos gastos em cada um dos programas considerados no levantamento utiliza a seguinte equação:

$$\Delta X_a = (I - A)^{-1} \cdot G_a \Delta g_a$$

que é a própria equação 1c do modelo apresentado anteriormente, excluída a matriz  $M$  de coeficientes de importações.

Na equação anterior,  $\Delta g_a$  representa o aumento nos gastos em saúde, segurança ou educação. Os valores adotados para  $\Delta g$  se referem aos acréscimos previstos nas despesas, tomando-se por base as previsões orçamentárias para 1976 e os dados do orçamento de 1975. Esse acréscimo é igual a Cr\$219.208 mil para segurança, Cr\$382.520 mil para saúde e Cr\$431.590 mil para educação.

Dado o acréscimo de produção, o efeito sobre a renda pode ser obtido com o uso da seguinte expressão:

$$\Delta y_s = D(\Delta X) \quad E(\Delta g)$$

onde  $E(\Delta g)$  indica o pagamento direto de renda pelo Governo em decorrência de aumento nos gastos em cada programa e  $D(\Delta X)$  a geração indireta de renda que resulta do efeito de variação nos gastos sobre a produção.<sup>4</sup> Nas estimativas apresentadas a seguir, a geração direta de renda pelo Governo considera apenas o pagamento de salários, calculado com base em coeficientes que relacionam a despesa de pessoal à despesa total em cada um dos programas considerados.

## 3.2 *Estimativa do efeito da expansão dos gastos nos programas de saúde, segurança e educação sobre a produção e a renda*

### 3.2.1 Produção

A tabela 5 reúne as estimativas do impacto do aumento previsto nas despesas estaduais em cada um dos três programas citados sobre a produção

<sup>4</sup>  $E$  representa a matriz de coeficientes de insumos primários relativos ao Governo e  $D$  a matriz de coeficientes de insumos primários relacionados com o nível de produção.

industrial. Verifica-se que, em termos agregados, a estimativa de aumento na produção industrial que resulta do crescimento previsto para 1976 nas despesas em saúde, segurança e educação e cultura, é da ordem de Cr\$100 milhões. A parcela mais significativa desse aumento de produção se refere à indústria de produtos alimentares (40% do total). Seguem, em ordem decrescente de importância, os setores de química, mobiliário, têxtil, papel e papelão e material elétrico e de comunicações.

Tabela 5

*Rio de Janeiro: estimativa do impacto sobre a produção de aumento nos gastos em saúde, segurança e educação*

(Cr\$ mil)

Setores	Programas			
	Saúde	Segurança	Educação	Total
Extração de minerais	208,3	31,7	36,9	276,9
Produtos minerais não-metálicos	891,9	88,1	204,6	1.184,6
Metalúrgica	3 812,3	746,3	1.186,2	5.744,7
Mecânica	1.130,6	241,1	180,2	1.551,9
Material elétrico e de comunicação	3.476,9	569,7	142,6	4.189,2
Material de transporte	294,8	722,8	913,7	1.931,3
Madeira	641,7	107,2	784,5	1.533,3
Mobiliário	148,5	103,9	3.818,3	4.070,7
Papel e Papelão	2.495,3	564,3	1.351,2	4.410,9
Borracha	193,0	204,6	50,6	448,2
Couros, peles e produtos similares	115,8	177,1	73,5	366,4
Química	15.387,8	3.354,3	1.516,8	20.258,9
Produtos farmacêuticos e veterinários	877,4	204,0	22,7	1.104,1
Perfumaria, sabões e velas	942,4	85,8	61,0	1.089,3
Produtos de matérias plásticas	1.205,1	74,5	92,9	1.372,5
Têxtil	2.115,2	2.180,7	590,8	4.886,7
Vestuário, calçados e artigos de tecido	515,3	1.851,8	239,1	2.606,3
Produtos alimentares	39.246,9	420,8	1.473,6	41.141,3
Bebidas	836,9	49,5	75,9	962,3
Fumo	359,8	6,2	1,5	367,5
Editorial e gráfica	148,8	113,5	1.000,9	1.263,2
Diversos	3.767,4	261,5	1.407,9	5.436,8
Total	78.812,1	12.159,4	15.225,4	106.197,3

Nota: — Resultados obtidos mediante uso da expressão:

$\Delta X = (I - A)^{-1} G \cdot \Delta g$ , onde os valores de  $\Delta g$ , para cada programa, são aqueles relativos ao acréscimo na despesa para 1976, obtidos a partir da comparação dos orçamentos de 1975 e 1976.

A análise do efeito isolado de cada programa revela que os gastos em saúde são aqueles que apresentam um impacto mais importante sobre a produção industrial. Em termos relativos, os resultados indicam que um cruzeiro de gasto adicional em saúde resulta num acréscimo de 20 centavos no total da produção da indústria de transformação. Por outro lado, o acréscimo na produção industrial provocado por um cruzeiro adicional

de gasto em segurança e educação é de apenas seis e quatro centavos, respectivamente. Em termos de impacto setorial, os gastos em saúde repercutem principalmente sobre a indústria de produtos alimentares, enquanto que o efeito dos gastos em segurança faz-se sentir principalmente sobre a indústria química (combustível) e dos gastos em educação sobre a indústria de mobiliário.

### 3.2.2 Renda

Conforme mencionado anteriormente, o efeito de expansão dos gastos sobre a renda pode ser subdividido em duas parcelas: o efeito direto, representado pelo acréscimo de salários, que resulta da própria expansão dos programas governamentais, e o efeito indireto, que decorre do aumento na produção industrial a que se refere o item anterior. O resultado do cálculo desses efeitos, em valores absolutos e relativos, está apresentado na tabela 6.

Tabela 6  
*Efeito da expansão dos gastos por programa  
sobre a renda*  
(Cr\$ mil)

Espécie	Programas			
	Saúde	Segurança	Educação	Total
Efeito direto*	167,9	183,0	356,8	707,7
Efeito indireto	47,9	6,1	7,2	61,2
TOTAL	215,8	189,1	364,0	768,9
△ Ys				
△ g	0,56	0,86	0,84	—

\* Inclui apenas salários.

Note-se que o efeito direto sobre a renda é muito mais importante do que o efeito indireto, em face da natureza dos programas considerados e da importância da mão-de-obra na produção dos respectivos serviços. Em particular, o efeito direto sobre a renda é mais importante no caso de programas de educação e segurança do que no caso de saúde, uma vez que a proporção de pagamento de salários na despesa total desse último programa é relativamente menor.

Em termos relativos, o efeito direto e indireto sobre a renda do aumento de um cruzeiro na despesa é estimado em 84 centavos para o caso do programa de educação, em 86 para o de segurança e em 56 centavos para o caso de programas de saúde. Tais resultados são obviamente apenas indicativos e estão provavelmente subestimados pelo fato de não estarem incluídas nas estimativas de renda outras remunerações do Governo que não os salários. Na verdade, a hipótese de subestimativa é fortalecida quando comparamos esses resultados com aqueles obtidos por Kubursi e Frank em estudo semelhante para uma província do Canadá.<sup>5</sup> Nesse estudo, cujos resultados estão parcialmente reproduzidos no quadro 1, os coeficientes de efeitos diretos indiretos sobre a renda são sempre superiores àqueles encontrados em nossas estimativas.

#### Quadro 1

*Coeficientes de efeitos diretos e indiretos sobre a renda gerados pelo aumento de um dólar nas despesas do Governo —  
Província de Ontário, Canadá*

Programas	Efeito direto e indireto sobre a renda
Educação	0,92
Saúde	0,88
Segurança pública	0,92

Fonte: Kubursi & Frank op. cit. pág. 142.

#### 4. As compras do Governo como instrumento de política econômica

O resultado da análise efetuada nos itens anteriores oferece uma idéia aproximada da importância relativa das compras do governo estadual como instrumento de política econômica. Conforme vimos, o volume de compras de bens e serviços pelo Governo, em termos agregados, é estimado em cerca de Cr\$1 bilhão ou cerca de 7% do total do orçamento para 1976.<sup>6</sup> Por outro lado, vale a pena notar que a natureza das mercadorias adquiridas tem implicações diferentes do ponto de vista da análise do impacto de compras do Governo sobre a economia. A aquisição de bens não-duráveis de consumo, que geralmente tem um caráter permanente, associa-se a programas de natureza social e mantém uma certa proporcionalidade com o total das despesas necessárias à execução das atividades nos respec-

<sup>5</sup> Kubursi & Frank. op. cit. p. 142.

<sup>6</sup> Essa estimativa se refere apenas a compras da administração direta, não incluindo, portanto, uma parcela significativa de gastos com aquisição de mercadorias e serviços realizados por empresas controladas pelo Governo.



tivos programas. Por seu turno, a compra de bens duráveis de consumo (representados principalmente pela aquisição de material permanente) e de bens de capital depende diretamente do programa de investimentos e do ritmo em que se processa a reposição dos móveis, veículos, equipamentos e instalações utilizados na produção dos diferentes serviços governamentais.

Já no caso dos bens intermediários, parece-nos razoável supor que prevalece também a hipótese de uma certa constância e proporcionalidade no volume de compras, exceto no caso de materiais de construção utilizados no programa de obras públicas, cuja variação anual deve ser bastante acentuada.

O ponto é que o cálculo dos efeitos sobre a renda, com base no modelo apresentado no item anterior, implica admitirmos que as compras são proporcionais ao total dos gastos em cada programa, e que a estrutura de compras permanece relativamente inalterada ao longo do tempo. A realização de um investimento vultoso num determinado ano apenas — representado, por exemplo, pela execução de um amplo programa de reequipamento dos hospitais do Governo — faz com que, em termos relativos, a distribuição pelos diferentes setores industriais das compras realizadas pelo programa de saúde fique, nesse ano, substancialmente diferente daquela relativa a períodos “normais” de execução desse programa. Nesse caso, o efeito multiplicador sobre os setores industriais que são fornecedores permanentes desse programa ficaria evidentemente subestimado. Ademais, do ponto de vista do interesse da política econômica, é importante considerar a perspectiva de continuidade nas compras e não apenas a realização esporádica de um volume significativo de gastos em um determinado ano. Essa perspectiva de continuidade é, evidentemente, maior no caso de mercadorias necessárias ao funcionamento dos serviços (materiais de consumo e produtos intermediários), não sendo tão evidente no caso de mercadorias que serão empregadas para expandir a capacidade de produção dos serviços governamentais.

Todas essas observações sugerem que o cálculo de efeitos sobre a produção e a renda, com base na estrutura de compras relativa a um determinado período, deve ser encarado com cautela. Um procedimento mais adequado talvez fosse o de analisar as compras para um período mais longo de tempo (cinco anos, por exemplo), a fim de eliminar as distorções provocadas pela realização esporádica de vultosos investimentos.

Um outro ponto importante se refere ao aspecto regional. O levantamento realizado indica que mais de 80% das compras realizadas pelos três programas em questão se referem à aquisição de mercadorias dentro da área metropolitana do Rio de Janeiro. O resto do estado participa com uma pequena parcela dos 20% restantes, dos quais a maior parte refere-se a importações de outros estados da federação (tabela 7).

Mesmo não sendo possível afirmar que as mesmas percentagens são representativas da distribuição regional do total das compras realizadas pelo setor público estadual, as indicações são suficientes para apontar uma maciça concentração das compras na área metropolitana. Essa concen-

Tabela 7

*Rio de Janeiro: compras de bens e  
serviços por por região — 1975*

Setores	Origem	Região Metropolitana	Resto do estado	Resto do País	Total
Extração de minerais		11,3			11,3
Produtos minerais não-metálicos		569,3			569,3
Metalúrgica		1.245,9			1.245,9
Mecânica		1.224,6			1.224,6
Material elétrico e de comunicação		2.554,5		1.122,0	3.676,5
Material de transporte		2.057,3		2.129,3	4.186,6
Madeira		384,6			384,6
Mobiliário		269,3		7.686,0	7.955,3
Papel e papelão		2.973,9			2.973,9
Borracha		652,2		10,1	662,3
Couros, peles e produtos similares		200,3			200,3
Química		12.295,3		299,5	12.594,8
Produtos farmacêuticos e veterinários		966,00		52,0	1.018,0
Perfumaria, sabões e velas		338,9			338,9
Produtos de matérias plásticas		510,6			510,6
Têxtil		5.155,0			5.155,0
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos		8.053,1			8.053,1
Produtos alimentares		18.332,6	1.393,6		19.726,2
Bebidas		3,1			3,1
Fumo		161,9			161,9
Editorial e gráfica		2.380,9			2.380,9
Diversos		5.041,3		177,7	5.219,0
TOTAL		65.381,9	1.393,6	11.476,6	78.252,1

Obs.: Dados referentes a compras realizadas pelas Secretarias de Saúde, Segurança e Educação no período de 15 a 30.11.75.

FONTE: Levantamento realizado junto às Secretarias.

tração regional das compras, por seu turno, reflete a preocupação em reduzir custos operacionais pela obtenção de melhores preços com a centralização das compras governamentais. Essa ótica microeconômica de eficiência deve ser reavaliada à luz dos resultados de uma análise mais detalhada dos possíveis efeitos da descentralização regional das compras sobre o nível de atividade econômica nas regiões menos desenvolvidas do estado. Em outras palavras, deve ser explicitamente reconhecida a possibilidade de as compras do Governo virem a ser utilizadas como um importante instrumento da política de desenvolvimento regional.

Em resumo, embora não seja abrangente no sentido em que analisa apenas a estrutura de compras de três programas estaduais, os resultados obtidos nas estimativas de impacto econômico dessas compras sugerem que a sua manipulação como instrumento de política econômica deve ser considerada como uma alternativa interessante para o planejamento estadual. Como se sabe, uma das dificuldades específicas do planejamento econômico a nível estadual é a escassez quase absoluta de instrumentos de ação sobre os quais o estado tenha um controle efetivo. A Reforma Tributária de 1967, ao substituir o antipo IVC pelo ICM, reduziu a autonomia estadual em matéria de política tributária. Simultaneamente, a expansão das transferências tributárias intergovernamentais e a progressiva vinculação setorial das transferências federais reduziram também o grau de liberdade no que se refere a decisões acerca da distribuição setorial dos gastos. Essa ausência de graus de liberdade nas decisões de política fiscal realça a importância de serem considerados com maior intensidade outros mecanismos de ação sobre os quais o estado tenha uma margem mais ampla de manobra. A manipulação da compra de bens e serviços se coloca entre esses outros mecanismos e está a exigir um maior esforço de pesquisa visando avaliar com mais precisão e de maneira global as suas efetivas potencialidades.

Note-se que, subsidiariamente, uma ênfase maior na política de compras provoca a necessidade de se adotar uma visão de mais longo prazo no planejamento estadual e na própria programação dos dispêndios públicos, tendo em vista a necessidade de se garantir um fluxo mais contínuo de gastos com a aquisição das diferentes espécies de mercadorias. Essa preocupação com a continuidade das compras é fundamental para a eficácia do instrumento e é mais importante exatamente no caso de programas de reequipamento e de expansão de serviços governamentais, os quais seriam indiretamente beneficiados por uma perspectiva de mais longo prazo na sua execução.

## **5. Conclusões e recomendações**

Em que pese o caráter exploratório do presente estudo, vale a pena destacar algumas das principais observações efetuadas ao longo do texto, com relação ao uso das compras do Governo como instrumento de ação do planejamento estadual. Essas observações se referem:

- a) ao efeito de modificações na estrutura funcional dos gastos sobre a atividade econômica;
- b) às características das diferentes categorias de despesa no que se refere à continuidade ou não das compras;
- c) ao modelo de gestão das compras governamentais de bens e serviços.

O primeiro ponto chama a atenção para um aspecto geralmente ignorado na programação dos gastos governamentais. O resultado das estimativas do impacto econômico de variação na despesa total de programas impor-

tantes na composição dos gastos estaduais (saúde, segurança e educação), revela que as diferenças a respeito são significativas. Tal resultado demonstra que uma mudança na distribuição dos gastos por programas repercute de forma diferente sobre a atividade econômica, mesmo que o total de gastos permaneça inalterado. Em particular, entre os programas que apresentam um elevado efeito indireto incluem-se aqueles que se referem à prestação de serviços de natureza social, principalmente aqueles da área de saúde, o que abre uma perspectiva interessante para uma avaliação mais criteriosa do grau em que a maior ênfase em programas sociais se compatibiliza com os propósitos de promoção do crescimento via efeitos indiretos da compra de insumos sobre o nível de renda.

Um outro ponto que procuramos destacar ao longo do trabalho é que a validade das estimativas que se referem a efeitos multiplicadores sobre a renda depende da manutenção de um fluxo mais ou menos constante de compras e proporcional ao total geral das despesas. Isso significa que, sob esse ponto de vista, a realização de despesas correntes com a aquisição seria mais importante que as despesas de capital, que tendem a flutuar acentuadamente de um período para outro no que se refere à distribuição setorial das compras de máquinas e equipamentos. Esse aspecto do problema reforça os argumentos a respeito das distorções que podem resultar da aplicação de um critério usual para avaliar a eficiência do Governo com base na percentagem de recursos destinada a despesas de capital. Nesse caso, além dos problemas apontados em um estudo anterior,<sup>7</sup> adiciona-se o aspecto do impacto indireto das compras de insumos sobre o nível de atividade econômica na região, sendo interessante notar que essas compras tendem a ser relativamente mais importantes no caso de programas que se referem à prestação de serviços sociais pelo Governo.

Do ponto de vista de critérios de gestão, o aspecto importante a destacar é que, se for atribuído um papel mais importante às compras governamentais como instrumento de política econômica, tem que ser revista a preocupação atual com a centralização das compras com o propósito de aumentar a eficiência administrativa. Conforme vimos, a providência oposta, ou seja, a descentralização das aquisições de mercadorias e serviços pode ser uma alternativa mais adequada, principalmente quando consideramos a possibilidade de o Governo utilizar a política de compras como instrumento específico do planejamento regional.

Duas palavras finais, à guisa de recomendações, merecem ser acrescentadas. A primeira se refere à necessidade de ser promovido um estudo global incluindo todos os programas do Governo e todas as entidades públicas envolvidas na sua execução — especialmente aquelas organizadas sob a forma empresarial. A segunda se refere à necessidade de ser revisto o atual sistema de classificação dos gastos públicos com o objetivo de permitir uma identificação imediata da estrutura de compras e uma padronização dessas informações para fins de realização de estados compara-

<sup>7</sup> Rezende, F. Estrutura das despesas, determinantes dos gastos e avaliação do desempenho do governo. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 6, n. 1, abr. 1976.

tivos. Esperamos que este trabalho forneça a motivação necessária para a realização de novos estudos nesse sentido.

## Summary

Government's growing intervention in economy and the progressively greater importance of planning require a constant effort to perfect the methods used to analyze the impact of government activities, especially in fast-developing countries.

While being relevant as far as national stabilization goals are concerned, the preoccupation with global expenditure levels is not sufficient for an analysis of the role of government in the wider purposes of promoting economic growth and redistributing national income.

Therefore, it is important to identify the structure of expenditure, specially its distribution among allotment programs and expense categories. This more detailed knowledge only became possible after the introduction of the program-budget in public administration, which allowed to evaluate government's action from several angles:

- a) public sector's contribution to capital accumulation and its implications in terms of product-growth rates;
- b) government's relative importance as a producer of goods and services in the priority sectors of the National Development Plan;
- c) the magnitude of the transfers and subsidies to the private sector which aimed at redistributing national income;
- d) the degree of complementarity of the different programs for government action in a certain area.

Another equally important aspect — the economic impact of government purchases — has not been emphasized either.

It is necessary to know not only the total expenditure with the purchase of consumer and capital goods but also the composition of such an expenditure — namely, the different kinds of goods and services purchased by the government — because a variation in the distribution of expenditure among programs modifies the composition of public sector's purchases, has a different repercussion on production, and directly interferes in economy, both on aggregate-income and employment levels.

This article aims at doing a preliminary evaluation of the economic impact of government purchases, especially in the State of Rio de Janeiro. The analysis of the problem in state level is especially relevant due to the limited autonomy enjoyed by the states in the use of public finance instruments for planning.

The manipulation of purchases can be an interesting economic-policy option, which has not been conveniently explored as yet.

As an important buyer of industrial products, the state can use its relative weight in the consumer market not only to attract new factories —

in a more direct and efficient way than by granting fiscal benefits — but also acting as an instrument of the regional development policy (for instance, by granting different price, delivery and quota terms for the supply of goods and services to the government, according to the products origin and to regional planning priorities).

This article has four parts. The first one deals with the distribution of state-government expenditures among functions and categories.

The author aims at presenting an aggregate view of the public-expenditure structure and to characterize the different programs according to the relative importance of the categories of goods and services which are purchased: consumer goods, capital goods and intermediate goods.

The second part deals with the disaggregation of purchases among the different sectors of economic activity which supply goods and services used by the government. The author studies just a few of the most important programs, as far as fund allotment and sectorial diversification are concerned.

The third part uses the empirical results of the preceding one to consider the effective possibility of the state government using its purchases as an instrument of economic policy, as well as the relative importance of such an instrument in the accomplishment of regional growth goals.

The last part sums up the main conclusions of the research and offers a few recommendations about the possibilities of change in the state-government purchase policies.

#### BIBLIOTECA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Praia de Botafogo 190 - 7º andar.

266-1512 ramal 170 — Serviço de Referência e Circulação: ramal 171 —  
Serviço de Referência Legislativa.

Horário: janeiro e fevereiro, todos os dias úteis das 8 às 12 horas e das 13,30 às 17,30 horas; março a dezembro, todos os dias úteis, das 8 às 20 horas e, aos sábados, das 8 às 12 horas.

BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE SELEÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL  
Rua da Candelária 6 — 3º andar 221-2331.

Horário: todos os dias úteis das 8 às 12 e das 13 às 17 horas; às quintas-feiras só funciona no horário da manhã.